

CAETÉ

Revista de Ciências Humanas

Aprendizados em Alagoas: autobiografia docente, acadêmica e política, 2013-2025

Learnings in Alagoas : teaching, Academic and political autobiography, 2013- 2025

José Vieira da Cruz¹

Universidade Federal de Sergipe

jose.vieira@academico.ufs.br

<https://orcid.org/0000-0003-2901-2390>

RESUMO

Este artigo apresenta uma autobiografia que se concentra nos aprendizados docentes, acadêmicos e político experienciados pelo autor – junto à Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e a sociedade daquele estado – no período compreendido entre 2013 e 2025. Este intervalo de tempo é delimitado entre sua posse na referida instituição em 2013 e o recebimento da comenda de mérito educacional outorgada pela Assembleia Legislativa Estadual de Alagoas em 2025. A presente análise é motivada pela confluência de quatro eventos ocorridos em 2020, a saber: o encerramento das atividades de docência e de gestão na Ufal, a conclusão do estágio de pós-doutorado junto à Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe), o impacto da pandemia de Covid- 19 e a redistribuição para a Universidade Federal de Sergipe (Ufs). O texto aborda a relevância da expansão e interiorização do ensino superior, ressaltando a criação do Campus do Sertão/Ufal em Delmiro Gouveia, Alagoas, Nordeste do Brasil. Avalia a importância dos recursos humanos, orçamentários, financeiros e de infraestrutura investidos, em particular, quanto aos avanços alcançados nas políticas centradas no ensino superior público; relata as experiências como docente, pesquisador, coordenador de curso, vice-reitor, bem como, sua participação em entidades como Sebrae, Fecoop, Fundepes e Acale. O artigo examina a necessidade de localizar, organizar e disponibilizar fontes, acervos e espaços de pesquisa, os significados de sua escrita historiográfica e a dos seus orientandos, como também as ações da qual tomou parte como o tombamento da Serra da Barriga como patrimônio do Mercosul, refeições sociais, coordenação da 70ª Reunião Anual da Sbpcc, ajustes no regimento da instituição, aprovação do nome social, entrada única para os cursos do Sertão, resgate do acervo de documentos do Instituto Xingó, acompanhamentos de obras, entre outras. Em suma, apresenta um relato autobiográfico dos aprendizados tecidos em mais de uma década de atuação junto à Ufal e à sociedade alagoana.

Palavras-chave: autobiografia, historiografia, Alagoas.

¹ Doutor em História (UFBA/2012), pós-doutorado em Educação (UFPE/2022). Atua desde 2021 junto ao Programa de Pós-graduação Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA/UFS) e desde 2025 junto ao Programa de Pós-graduação em História (PROHIS/UFS). É um dos líderes do Grupo de Estudos e de Pesquisa em História, Sociedade e Cultura (GEPHISC\CNPq) e do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento do Sertão do São Francisco (NUPEDS/UFAL/UFS) e é membro do Grupo de Pesquisa História Popular do Nordeste (HPOPNET/CNPq).

ABSTRACT

This article presents an autobiography that focuses on the teaching, academic, and political experiences of the author – at the Federal University of Alagoas (Ufal) and in the society of that state – during the period from 2013 to 2025. This timeframe is defined between his appointment at the said institution in 2013 and the receipt of the educational merit award granted by the Legislative Assembly of the State of Alagoas in 2025. This analysis is motivated by the convergence of four events that occurred in 2020, namely: the end of teaching and administrative activities at Ufal, the completion of a postdoctoral internship at the Federal University of Pernambuco (Ufpe), the impact of the Covid-19 pandemic, and the reassignment to the Federal University of Sergipe (Ufs). The text addresses the relevance of the expansion and interiorization of higher education, emphasizing the creation of the Sertão Campus/Ufal in Delmiro Gouveia, Alagoas, in the Northeast of Brazil. It assesses the importance of human, budgetary, financial, and infrastructure resources invested, particularly regarding the progress achieved in policies focused on public higher education; it recounts experiences as a teacher, researcher, course coordinator, vice-rector, as well as participation in organizations such as Sebrae, Fecoep, Fundepes, and Acale. The article examines the need to locate, organize, and make available sources, collections, and research spaces, the meanings of its historiographical writing and that of its students, as well as the actions it participated in, such as the designation of Serra da Barriga as a Mercosur heritage site, social graduations, coordination of the 70th Annual Meeting of Sbpcc, adjustments to the institution's regulations, approval of social names, unified entry for courses in the Sertão region, recovery of the document collection of the Instituto Xingó, monitoring of construction works, among others. In short, it presents an autobiographical account of the lessons learned over more than a decade of work with Ufal and Alagoas society.

Keywords: autobiography, historiography, Alagoas.

1 INTRODUÇÃO

Essa é uma nova etapa. O futuro é cheio de expectativas e o presente é uma dádiva (Ufal, 2013a).

A frase, proferida no ato de posse junto à Universidade Federal de Alagoas (Ufal), evidencia um momento de concretização de objetivos, bem como, a expectativa de uma jornada pessoal, acadêmica e profissional. Os significados daquele momento nos permitiram recuperar aprendizados de mais de uma década. Nesse sentido, o presente artigo aborda experiências históricas, historiográficas e autobiográficas no interstício temporal compreendido entre 2013 – ano da nossa posse na referida universidade – e 2025 – um ano após o requerimento do descredenciamento junto ao Programa de Pós-graduação em História da mencionada instituição e ano em que nos foi entregue a comenda do mérito educacional pela Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas.

A justificativa para este estudo foi motivada pela confluência de quatro eventos que aconteceram no ano de 2020. O primeiro deles foi o encerramento de nossas atividades docentes (2013-2020) e de gestão na Ufal – como coordenador do Curso de História no Campus do Sertão, em Delmiro Gouveia (2013-2016) e de vice-reitor no Campus Aristóteles Calazans Simões, em Maceió (2016-2020). O segundo, ocorreu por conta da realização do

pós-doutorado junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Ufpe (2020-2022). O terceiro, motivado pelo contexto de distanciamento social imposto pelo coronavírus Sars-Cov-2 e, conseqüentemente, pela decretação do estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) e pelos improvisos da adoção do Ensino Remoto Emergencial (Erem) entre 2020-2022. E, por fim, o quarto acontecimento associado a redistribuição a pedido para a Ufs (2020).

As indefinições, incertezas e imprevistos daquele contexto me levaram a uma mudança de foco no pós-doutorado – de um estudo comparativo sobre a “expansão do ensino superior no Brasil e em Portugal”, que seria realizado parte na Ufpe e parte na Universidade Nova de Lisboa (Unl), para um estudo autobiográfico transpassado pelas mudanças que envolviam as universidades, o país e o mundo. Aquele momento, portanto, fez-me repensar tanto a necessidade de uma escrita de si (Lejeune, 2008), como a de tecer uma autorreflexão pública dos caminhos percorridos.

Envolto por este propósito, ao redimensionar o plano de estudos, decidir permanecer no Brasil e continuar no pós-doutorado. Nesta caminhada busquei fundamentos nos princípios teórico-metodológicos do constructo do “Eu” fonte (Souza, 2020a), nas experiências de coorientação no campo dos estudos autobiográficos de duas teses de doutorado (Dutra, 2021; Correia, 2022) e de uma dissertação de mestrado (Laurentina, 2023), como também, dos resultados do relatório do pós-doc (Cruz, 2022). É preciso esclarecer que a opção pela escrita (auto)biográfica, muito presente no campo de estudos da educação e da história, não tem a intenção de encontrar uma narrativa única, sugeneris e verdadeira (Souza, 2020b), mas evidenciar uma “escrita de si” de um “professor-narrador-autor” (Passeggi; Souza; Vicentini, 2011, p. 371).

A opção pelo texto autobiográfico também transcende os interditos relativos ao distanciamento do objeto de estudo, afastamento das observações históricas das quais o historiador e testemunha e do enfretamento do desafio da “neutralidade” enquanto de objetividade, imparcialidade e cientificidade inerentes ao nosso ofício (Langlois; Seignobos, 1946; Collingwood, 1972). Legados, interditos e recomendações evidenciados no contexto do século XIX – período em que a disciplina almejava o estatuto de ciência, a profissionalização e espaço junto as universidades e junto aos estados nacionais europeus. Um contexto sob forte influência das ideias positivistas, (neo)colonialistas e imperialistas, bem como de larga difusão de determinismos biológicos e sociais (Reis, 1996; Freitas, 2021).

Entre o século XX e as primeiras décadas do século XXI, por sua vez, observou-se a consolidação da matriz disciplinar do campo da história (Rüsen; 2001; 2012; Barros, 2008), a compreensão da história enquanto área de conhecimento que investiga a ação humana a partir das observações históricas do tempo que envolve cada historiador (Bloch, 2001; Carr, 1982; Jenkins, 2013), intensificaram-se as contribuições do materialismo histórico concernentes à história social da cultura (Thompson, 1981; 1998; Hobsbawm, 2007),

evidenciou-se o impacto da virada historiográfica no tocante aos conceitos de fontes, bem com das apropriações do passado (Thompson, 1992; Ferreira; Amado, 2006; Seligmann-Silva, 2022; Trouillot, 2024). Além da retomada dos estudos políticos renovados e das (auto)biografias (Rémond, 2003; Guldi; Armitage, 2018; Levi, 1996; Dantas, 2023; Souza, 2020; Cardoso, 2023).

A escrita de aprendizados – devidamente cotejados pelas fontes, bibliografia e análise de experiências docente, profissional e política (Passeggi, 2012) –, sob o ponto de vista desta reflexão, ajudam a compreender os horizontes tanto do processo de expansão e de interiorização do ensino superior público em Alagoas (Verçosa, 1997; Lavoiser, 2016) quanto do fazer-se dos estudos históricos, em particular, frente aos desafios da historiografia “do”, “sobre” e “no” Sertão (Aras, Cruz e Santana, 2023; Nascimento, Santana, Cruz, 2025) e do mencionado contexto educacional (Passos Subrinho, 1999; Cruz; Santos, 2020).

Em síntese, como historiador tenho ciência do fazer-se da história e de como observá-la, interpelá-la e interpretá-la (Certeau, 1995), portanto, a escolha por esta narrativa consolidou, de modo conciso, consciente e objetivo, os significados inerentes ao período de aprendizados em Alagoas de 2013 a 2025. Um contexto no qual participei do processo de expansão e interiorização do ensino superior público federal, presenciei os desafios concernentes à estruturação de um curso de história em um campus avançado instalado no ponto mais extremo do Oeste Alagoano (Figura 1), experienciei a gestão do ensino superior em um contexto permeada por instabilidades, crises e indeterminações transpassadas por cinco gestões do governo federal no curso de uma década e, não obstante as adversidades, contribui tanto no campo dos estudos históricos quanto de debates demandados pela comunidade universitária e pela sociedade.

Figura 1

Os Campi — Universidade Federal de Alagoas.



Fonte: Portal Ufal <https://ufal.br/ufal/institucional/os-campi> . Acesso em 10/05/2024.

2 UM MAR DE CONHECIMENTO: DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO SERTÃO

A expansão do ensino superior no Brasil tem sido um processo tardio (Cunha, 2003, Cruz, 2017d; 2018). Esta herança histórica excludente, elitista e de raízes coloniais, imperialistas e capitalistas, resultou na concentração de instituições de ensino superior na metrópole portuguesa e, posteriormente ao processo de emancipação política, nas metrópoles regionais, capitais estaduais e no litoral do país. Realidade educacional que só passou a ser revista a partir do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, denominado de Reuni, no contexto do século XXI (Brasil, 2007).

O referido Programa, não obstante os avanços alcançados – em virtude do ritmo de implantação, flexibilização dos currículos, disputas institucionais e descontinuidades orçamentárias –, tem sido objeto de críticas, disputas, ajustes e reflexões (Leda; Mancebo, 2009; Filardi, 2014; Lavoiser, 2016). A exemplo, o Campus do Sertão de Delmiro Gouveia, criado em 2010, representa uma das iniciativas do Reuni em uma área do Nordeste Brasileiro afastado do litoral. As referidas ações em Alagoas, assim como em outros estados, também foram transpassadas por debates institucionais (Ufal, 2006; 2007; 2009), bem como, por disputas políticas (Freitas Júnior, 2013; Barbalho, 2021).

Em meio a este processo, a sede do Campus, em Delmiro Gouveia, após sua criação passou a ofertar os cursos de Engenharia Civil e Engenharia de Produção no período matutino, Licenciatura em Pedagogia e Licenciatura em Letras no período vespertino, e Licenciatura em Geografia e Licenciatura em História no período noturno. Já a unidade educacional, em Santana do Ipanema, distante 96 km da sede, acolheu os cursos de Ciências Contábeis e Economia no período noturno.

A localização no Extremo Oeste Alagoano, próximo a Sergipe, Bahia e Pernambuco, região banhada pelo rio São Francisco, contribui para dimensionar tanto a importância desta política pública quanto compreender a relevância da superação de desafios inerentes à distância, mobilidade, infraestrutura, recursos humanos e financeiros envolvidos na implantação desta empreitada na região. A democratização do acesso ao ensino superior público para além do litoral, portanto, consubstancia-se em um capítulo importante do acesso à formação universitária a populações historicamente excluídas – pretos, pardos, indígenas, quilombolas, ciganos, ribeirinhos, atingidos por barragens, cercas e seca, agricultores familiares, sem-terra, assentados da reforma agrária, operários, comerciários e outros grupos sociais que povoam os sertões (Silva; Cruz, 2020; Santana; Nascimento, 2022).

Em torno deste horizonte, minhas atividades laborais na região tiveram início em 18 de fevereiro de 2013. A investidura no cargo, ocorrida após aprovação em um concurso público de provas e títulos, foi realizada em Maceió na manhã daquele dia, em seguida realizei um deslocamento de automóvel com duração superior a cinco horas até Delmiro Gouveia,

visando o início do exercício funcional. A respeito, recordo-me de ter alcançado o destino ao entardecer, já sob um crepúsculo marcado por uma seca prolongada, intensa poeira consequente do desmatamento da caatinga e pelo impacto das etapas de construção do edifício da instituição. Naquele contexto, a obra inacabada já se encontrava parcialmente ocupada para as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração. Um ambiente onde quase tudo estava por ser cultivado, compartilhado e tecido.

Na condição de primeiro docente com doutorado em História, passei a atuar junto às disciplinas de História do Brasil, Historiografia Brasileira e Projetos Integradores. O curso possuía duas entradas anuais com quarenta matrículas semestrais, oitenta no total, contrastando com o número de sete docentes para atender o “tronco” das disciplinas específicas da licenciatura em História a partir do 3º período. Em outras palavras, poucos professores, muitas disciplinas, inúmeras matrículas e o desafio de manter a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão (Moita; Andrade, 2009). Observação, análoga para os demais cursos do Campus do Sertão e com algumas semelhanças em relação ao processo de flexibilização curricular ocorrida no Campus Arapiraca (Lavoiser, 2016; 2018).

Estas constatações suscitaram discussões, reivindicações, carta pública, mobilizações políticas e grupos de estudos que resultaram, anos depois, na reformulação dos projetos pedagógicos dos cursos, estabelecimento de uma entrada única anual (Figura 2) e a disponibilidade de cinquenta vagas por curso (Ufal, 2015; Luna, 2016). Os estudos apontaram também a necessidade de isonomia no número de docentes por curso, paridade nas condições de trabalho em comparação aos demais campi e providências para o incentivo à pesquisa e a cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu (Ufal, 2016b; 2016c).

A empreitada prosseguiu com o encaminhamento para compra, catalogação e disponibilização de livros junto à biblioteca setorial, oferta do curso de extensão “Os olhares de Clio”, aprovação do projeto (Pibic/Cnpq/Ufal) “Vozes do Sertão nas tramas de Mnemósine: fontes contemporâneas para a História de Alagoas” e aprovação do projeto de educação básica (Peb/Capes/Fapeal) “Formação de cidadãos pesquisadores: uma pesquisa-ação da Escola Estadual Luiz Augusto junto ao APL piscicultura Delta do São Francisco, Delmiro Gouveia, Sertão de Alagoas, 2014-2015” – ambos sob nossa responsabilidade. Além de outras ações que visavam criar um ambiente acadêmico, profissional, cidadão e socialmente crítico junto aos sertanejos que adentravam a seara de Clio.

Figura 2

Consuni aprova entrada única para o Campus do Sertão — Notícias.



Fonte: Portal Ufal, 29.11.2026: <https://noticias.ufal.br/ufal/noticias/2016/11/consuni-aprova-entrada-unica-para-o-campus-do-sertao>. Acesso 10/05/2025.

As atividades de extensão, realizadas mensalmente, resultaram em mesas de debate com pesquisadores convidados e da instituição. O curso, cujo título estava associado ao nome da musa grega de nosso ofício, foi frequentado por mais de 150 estudantes, professores e sertanejos ávidos por diálogos interdisciplinares, multiculturais e atinentes a agenda contemporânea (Ufal, 2013b).

O projeto “Vozes do Ser-tão nas tramas de Mnemósine”, primeiro na área dos estudos históricos do campus, executado entre os anos de 2013 e 2016, estimulou pesquisas sobre o sertão e os(as) sertanejos (as) – articulando análises de fontes diversas sobre o passado e o presente histórico dos municípios de Delmiro Gouveia e de Piranhas na microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco, e de Água Branca e Pariconha na microrregião Serrana do Sertão Alagoano (Cruz, 2013b). A pesquisa, entre bolsistas e voluntários, obteve três prêmios de excelência acadêmica (Lima, 2014; 2015; e Silva; 2015), fomentou cinco trabalhos de conclusão de curso (Gomes, 2014; Gaia, 2014; Barros, 2014; Araújo, 2016; e Silva, 2019) e três dissertações de mestrado (Gomes, 2016; Silva, 2021; e Cavalcanti, 2023).

Ainda no primeiro ano de trabalho, após a sessão temporária da então coordenadora do curso, professora Sheyla Farias Silva, para a Universidade da Integração Latino-Americana (Unila), foi-me delegada a responsabilidade da coordenação. Realidade pedagógica e administrativa configurada a menos de um ano da visita da comissão do Ministério da

Educação designada para verificar as condições pedagógicas, estrutura física e documentos necessários ao reconhecimento do curso. Responsabilidade igualmente compartilhada pelo coletivo de docentes, técnicos e discentes que então se formava no entorno do curso e do campus.

Naquele momento, éramos um dos primeiros cursos a ser avaliado, e, conseqüentemente, havia muitas demandas pedagógicas, administrativas e de infraestrutura a serem resolvidas. Apesar dos desafios, o esforço e o compromisso do grupo resultaram na obtenção do Conceito 4. Numa escala de 1 a 5, isto indicava que o curso, o campus, a universidade e o Reuni estavam concisos em torno do propósito da expansão e da interiorização do ensino superior (Ufal, 2014a).

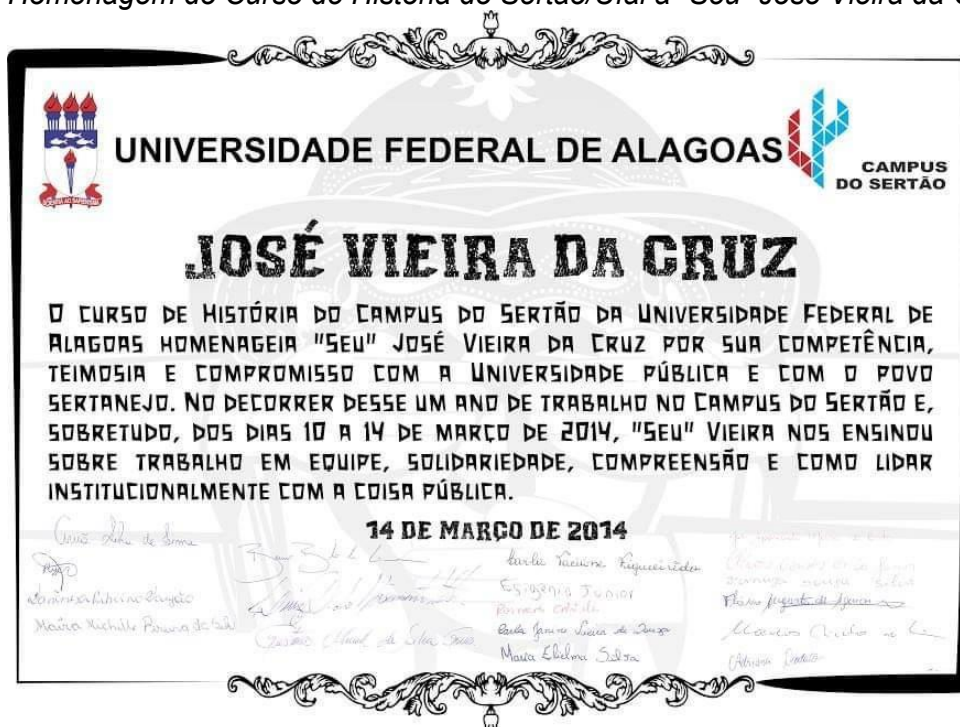
Semanas antes da visita do Ministério da Educação, o curso organizou o “I Encontro Nacional de História do Sertão” no período de 10 a 14 de março de 2014 (Figura 3), com o tema “50 anos do Golpe de 1964: História, Memória e Historiografia” (Ufal, 2014b). A respeito, o texto e a imagem a seguir expressam os significados da “teimosia” de realizar o mencionado evento.

Há três anos, em 14/03/2014, e após um [pouco mais de] ano de Ufal, recebi, com muito carinho, a homenagem dos meus colegas e alunos do Campus do Sertão pela teimosia em realizar o I Encontro Nacional de História do Sertão, com o tema "50 anos do Golpe de 1964". De lá para cá [eu já estava vice-reitor] muitas coisas aconteceram no mundo, no Brasil, na Ufal e no Campus do Sertão [e já estávamos enfrentando o avanço da extrema direita no mundo, as reformas do governo Temer e as ocupações estudantis por conta dos cortes de recursos], mas o espírito crítico, o companheirismo e a luta pela democracia, pela defesa da universidade pública e pelo Campus do Sertão, assentados nos ventos da mudança e no princípio de uma universidade socialmente referenciada, a cada dia tornava-se mais forte e intenso!!!!!! [Facebook, 18.03.2017] (Cruz, 2017a)

O cenário adverso, portanto, não impediu o êxito do evento e motivou a realização de mais seis encontros nos anos subsequentes, cinco de âmbito nacional e um internacional, interrompidos apenas pela pandemia de Covid-19 (Ufal, 2020). Este legado também resultou em uma homenagem concedida pelo “II Seminário Nacional de História Social dos Sertões”, promovido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), realizado em maio de 2021. O evento promovido em um contexto pandêmico designou um dos ambientes virtuais, destinados a mesas e conferências, de “Sala José Vieira da Cruz” (UFRN, 2021) – reconhecimento igualmente significativo.

Figura 3

Homenagem do Curso de História do Sertão/Ufal a “Seu” José Vieira da Cruz.



Fonte: Acervo do autor (14/03/2014).

Voltando ao ano de 2014, ele também foi significativo por conta da aprovação do projeto de educação básica “Formação de cidadãos pesquisadores” (Fapeal, 2014). Este projeto, fundamentado na metodologia da pesquisa-ação, tinha como objetivo trabalhar práticas de ensino, aprendizagem e empreendedorismo por meio de uma abordagem interdisciplinar de formação continuada. Empreitada pedagógica que envolveu cinco professores da educação básica, vinte e cinco estudantes bolsistas de cursos de licenciatura, cinco turmas de estudantes do ensino médio da Escola Estadual Luiz Augusto (Alagoas, s/d) e três associações de piscicultores assistidos pelo Sebrae através do “Arranjo Produtivo Local: Piscicultura Delta do São Francisco” nos povoados Lameirão, Porto da Barra e Salgado, município de Delmiro Gouveia, margens do lago da represa hidroelétrica de Xingó (Alencar, s/d).

Apesar da relevância, o projeto não resistiu às mudanças na política estadual e à insuficiência de investimentos, encerrando-se antes de alcançar os resultados pretendidos (Cruz, 2015). Aprendemos a partir daquela experiência que mesmo diante das necessidades de ajustes, as (des)continuidades dos investimentos em políticas públicas sem uma adequada avaliação é um problema que requer atenção, cuidados e reflexão.

Esses primeiros três anos foram marcados por um ritmo intenso de trabalho, impactos das mudanças desencadeados pelas manifestações políticas de junho de 2013 (Cruz, 2013a;

Gomes, 2014; 2016), falta de recursos financeiros acentuada a partir de 2014 e pelo movimento grevista docente de 2015. Os acontecimentos do terceiro ano, por sua vez, foram acompanhados por um longo, disputado e concorrido processo eleitoral, no qual participei como candidato a vice-reitor na chapa encabeçada pela professora Maria Valéria Costa Correia, candidata a reitora. Ao final, a chapa da qual fiz parte foi bem-sucedida obtendo a vitória no segundo turno – resultando na posse, no ano seguinte e pela primeira vez, de um docente de humanidades, negro e oriundo da interiorização no mencionado cargo (Targino, 2015; Jangada, 2016, Pino, 2016).

Na disputada campanha eleitoral para a reitoria da Ufal, ocorrida em 2015, a candidatura de um indivíduo com menos de três anos na instituição, proveniente da área de humanidades, de etnia negra, natural e graduado em Sergipe, com doutorado obtido na Bahia e vinculado ao campus fora da sede no Sertão de Alagoas, não transcorreu de maneira despercebida, sem lesão ou impune. No contexto da política de baixo nível, desinformação, pós-verdades e de argumentos distorcidos, atualmente denominada fake news, foi elaborada uma postagem com uma imagem em que eu, na condição de candidato a vice-reitoria, tive minha imagem escurecida até o apagamento total – restando apenas o contorno de minha silhueta ao lado da candidata Valéria Correia. Explícita discriminação, preconceito e rejeição de natureza racial, social e política. Agressão respondida pelos coletivos e movimentos sociais que nos apoiavam com o resultado eleitoral positivo no primeiro e no segundo turnos. Assim, disputando eleições e enfrentando preconceitos as demandas educacionais, políticas e sociais do “mar de conhecimento do Sertão” alcançariam o oceano institucional do Litoral.

3 UM VICE-REITOR DE HUMANIDADES E NEGRO DO SERTÃO NO LITORAL

Superados os contratempos concernentes a disputada campanha a reitoria da Ufal, no primeiro ano de gestão tive a oportunidade de participar do "Novembro Negro", uma campanha do "Pajuçara Sistema de Comunicação", grupo de rádio, TV e mídia digital (Figura 4). A referida campanha, em comemoração ao "Dia da Consciência Negra" tinha o objetivo de fomentar a reflexão sobre a luta e a resistência da população negra. Na oportunidade fui convidado, juntamente com outras personalidades negras, a contribuir com a referida peça publicitária e educativa. No episódio do qual fiz parte, de modo natural, espontâneo e simbólico, ao responder à pergunta de quem eu era respondi que era uma pessoa que escolheu “ser senhor do meu destino”. Frase que me apresentava como primeiro negro a ocupar a vice-reitoria da Ufal. Naquela ocasião, dentre as universidades federais, apenas três possuíam reitor(a) ou vice-reitor(a) negro(a). Em sintonia com essa conquista e afirmação, a chamada reforçava a importância das ações afirmativas e da valorização dos alunos pretos e pardos, bem como, expressava uma ação efetiva de combate ao racismo, preconceito e discriminação racial.

Figura 4

Campanha Novembro Negro: A história de luta e resistência de José Vieira.



Fonte: TV PAJUÇARA, Sistema de Comunicação [cadeia de rádio, tv e mídia digital]. *Novembro Negro: a história de luta e resistência de José Vieira*. Maceió, 22 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=olSkNBzlcZU>. Acessado em 20/08/2025.

Mas foi em 16 de janeiro de 2016, às vésperas da instituição completar 55 anos, que assumi o cargo de vice-reitor. A posse marcou a alternância no comando da universidade após 12 anos. O novo grupo, apoiado por setores populares, partidos de esquerda e movimentos sociais do campo e da cidade, defendeu os princípios da democratização, autonomia universitária e a descentralização do ensino superior público federal. A respeito deste momento, destaquei no discurso de posse que o percurso até este momento foi longo, desafiador e construído a partir de compreensões políticas, ideológicas e estéticas: heterogêneas, plurais e críticas. Tais perspectivas são características esperadas em universidades que operam em tempos democráticos, onde os espaços devem estar abertos à construção, difusão e debate de ideias (Cruz, 2016).

A consciência e ciência destes princípios, valores e compromissos foi importante para manter o posicionamento de continuar a avançar na defesa da consolidação da expansão e da interiorização da universidade pública – através da priorização do atendimento das demandas de infraestrutura, reformulação de projetos pedagógicos, planejamento das demandas, descentralização orçamentária, transparência e do exercício contínuo de escuta das demandas da comunidade universitária.

O discurso lido, deliberadamente não publicado, delineava a posição de contribuir com

uma gestão formada por um grupo ávido por mudanças, ciente das resistências internas e do cenário de instabilidade política, orçamentária e financeira a ser enfrentado. Mas a realidade foi além do previsto – as dificuldades do final do governo de Dilma Rousseff, em razão do processo de impeachment, foram brandas quando comparadas às turbulências dos governos subsequentes (G1 Alagoas, 2016; Ufal, 2017a). Em particular, pelo aprofundamento dos cortes orçamentários e financeiros e pelos afrontes a autonomia universitária impostas pelas duas gestões federais subsequentes – a exemplo da proposta de reforma universitária denominada “Future- se” entre outras iniciativas análogas (Ufal, 2019a).

Não obstante as dificuldades, a gestão (2016-2020) da qual fiz parte deixou um legado de realizações como pode ser apreciado nos relatórios institucionais (Ufal, 2016c; 2017b; 2018c e 2019b). Neste sentido, independente dos caminhos tomados por cada um dos membros da referida gestão – da reitora Maria Valéria Costa Correia, na qual exerci o cargo de vice-reitor –, é preciso ressaltar os avanços conquistados em tempos de cortes de orçamento, restrições de dotação orçamentária e contingenciamento financeiro (Cruz, 2019; Castro; Santos, 2025).

Em relação a esta parte do texto, é preciso reforçar que ele não tem a pretensão de fazer um balanço político da referida administração. Ele, como já mencionado, ressalta apenas nossa aprendizagem em Alagoas, em particular, no tocante ao exercício de ser parte de uma gestão de uma universidade pública federal em tempos de instabilidade política, institucional e financeira. Experiência que aguçou competências de liderança, governança, comunicação e a capacidade de articulação e de negociação. Aqueles que já desempenharam ou desempenham esta experiência, de uma forma ou de outra, aprendem que é preferível construir pontes em vez de alimentar vaidades, revanchismos ou qualquer tipo de radicalismos.

Aprendi também que ser gestão transcende o mero exercício da autoridade formal, especialmente em períodos de restrições, instabilidades e indefinições. A respeito, em um cenário de escassez de recursos, conforme a expressão “quando falta tinta na caneta” – utilizada pelo então reitor Eurico Lôbo (2012-2016), que nos precedeu na administração da instituição – a prática da transparência, escuta atenta da equipe gestora, articulação política e construção de consensos revelaram-se imprescindíveis para a tomada de decisões.

Assim a opção por uma escrita de um “professor-narrador-autor-historiador”, foi o caminho que acolhemos de forma crítica para narrar estas aprendizagens – acerca da trajetória de um docente da área das humanidades, negro e de um campus avançado fora da sede, localizado no Sertão do rio São Francisco, a frente da vice-reitoria da instituição no campus sede em Maceió no litoral de Alagoas. Bem como, para externar os significados e os compromissos com a interiorização, autonomia universitária, diversidade e participação democrática.

Em consonância com essas origens, princípios e desafios, atuamos junto ao Conselho

Universitário (Consuni), órgão máximo de deliberação da instituição. Neste âmbito, dedicamos aos debates de normas acadêmicas e administrativas, pautados pela autonomia universitária e em conformidade com os preceitos da legislação e da Constituição Federal. Nessa ágora democrática contemporânea – composta por representantes da reitoria, campi, centros, institutos, faculdades e pelos segmentos estudantil, técnico e docente – a busca por consenso, especialmente na ausência de uma maioria permanente, constituiu um exercício contínuo.

A atuação institucional da gestão neste campo de representações resultou em avanços para a política de cotas na pós-graduação, regulamentação do nome social, valorização da carreira dos profissionais da Educação Básica Técnica e Tecnológica (Ebt), criação do Instituto de Enfermagem desvinculado da Farmácia; criação do Campus Centro de Engenharia e Ciências Agrárias (Ceca), assegurar o direito de assento e voto aos representantes dos campi fora de sede no Consuni, ampliação do campo de atuação do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros também para o campo dos Povos Indígenas (Neabi), institucionalização do “Bosque em defesa da vida” em homenagem às vítimas de violência sociais e políticas, ajustes nas regras para redução da retenção, evasão e reprovação nos cursos de graduação, estímulo ao reingresso, aproveitamento, reopção e conclusão de cursos de graduação, ajustes e aprovação de projetos pedagógicos de cursos (Ppc), como também a aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional (Pdi), relatórios de gestão, convênios de cooperação técnica e científica, entre outros. Além de aprovação de moções políticas, homenagens entre outras ações.

Dentre estas deliberações destaco a longa negociação para a aprovação do direito a assento e a voto dos representantes dos campi fora de sede de Arapiraca e do Sertão no Consuni. A garantia deste direito demandou a reativação de um Grupo de Trabalho, estudar a legislação, apresentar a proposta junto aos campi, discutir o relatório com a proposta de regulamentação em diversas reuniões até a construção de um consenso aprovado por unanimidade (Monteiro, 2019). A decisão, tomada em 25 de abril de 2019, estabeleceu mudanças no Regimento Geral que finalmente assegurou os mencionados assentos e direito a voto (Ufal, 2019c).

A realidade multicampi, consequência da expansão e da interiorização associado ao Reuni, tem demandado, cada vez mais, ações descentralizadas, inclusivas e que reflitam a nova dinâmica para as instituições envolvidas por este processo histórico. A respeito, as refeições sociais, calouradas de acolhimento, posse de novos servidores, atendimento da demanda de transporte de discentes, técnicos e docentes, realização da 70ª Reunião Anual da Sbp, feiras de livros e festivais de cinema, são alguns exemplos de ações institucionais ajustadas, ampliadas ou ressignificadas.

As refeições sociais ou formaturas sociais, a exemplo, passaram a ser frequentemente realizadas com a participação da gestão nos campi (Maceió, Arapiraca e Sertão) e nas

unidades educacionais (Viçosa, Rio Largo, Santana do Ipanema e Palmeira dos Índios). As referidas formaturas – organizadas pelos servidores do Departamento e das Coordenações de Registro Acadêmico (Drca/Crca) e pela equipe do Cerimonial –, constituíram-se em uma das marcas da gestão por garantir sem custos – independente da classe social ou prestígio do curso (Figura 5) – a solenidade, colação do grau e recebimento do diploma, aos estudantes que concluíram suas respectivas graduações – assegurando inclusive a participação de familiares e convidados (Ufal, 2019e).

Figura 5

Colação social, canudo e capelo – vistos a partir da mesa da cerimônia da Ufal.



Fonte: Acervo de autoria do autor (08/11/2025).

Um outro exemplo desta dinâmica foi a realização da 70ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (Sbpc) em Alagoas no ano de 2018 (Figura 6) – que inovou com a realização da “Sbpc Afro e Indígena” (Cruz, 2018a; Luna, 2018) e a “Sbpc Educação” no formato multicampi tanto no campus sede em Maceió quanto nos campi fora de sede do Sertão e de Arapiraca (Alcantara, 2018; Cruz, Santos e Tenório, 2018). A realização deste evento, em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (Ods) da agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (Onu), e pela primeira vez no referido estado, foi possível por conta da soma de esforços do Ministério da Educação, Governo de Alagoas, Prefeitura de Maceió, Sebrae e outras instituições – que garantiram recursos e abraçaram os campi da Ufal como locais da mencionada Reunião Anual (Cruz, 2018b).

Figura 6

Confira na íntegra o discurso do coordenador local da 70ª Reunião Anual da SBPC — Notícias.



Fonte: Portal Ufal, 24/07/2018. Disponível em: <https://noticias.ufal.br/ufal/noticias/2018/7/confira-na-integra-o-discurso-do-coordenador-local-da-70a-reuniao-anual-da-sbpc>, Acesso em 10/05/2025.

Sob esta égide, a universidade, enquanto instituição pública, republicana e independente, assumiu também, nos conselhos deliberativos em que mantinha assento, a defesa de demandas sociais como a prioridade da aquisição das sementes crioulas cultivadas junto a agricultura familiar pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza (Fecoep); gerenciamento de programas como Educação na Idade Certa, CapacitaSuas e Escola da Terra; tombamento da Serra da Barriga como patrimônio cultural do Mercosul; criação da Rádio Ufal; continuidade da prestação de serviços de mídia e de alta complexidades oferecidos pelo Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes (Figura 7) entre outras.

Figura 7

Ufal pede urgência na revogação de portaria que exonera superintendente — Notícias.



Fonte: Portal da Ufal, 09/06/2017. Disponível em: <https://noticias.ufal.br/ufal/noticias/2017/6/ufal-pede-urgencia-na-revogacao-de-portaria-que-exonera-superintendente>. Acesso em 10/05/2025.

No caso da Serra da Barriga, município de União dos Palmares, Litoral Norte de Alagoas – onde se organizou o Quilombo dos Palmares no século XVII, espaço de resistência à escravização nas Américas –, pude, na oportunidade de oficialização do tombamento, em entrevista concedida, avaliar que a Ufal

desde o início se dispôs a colaborar com este processo coordenado pelo Iphan [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional]. Essa soma de esforços possibilitou essa conquista, que ressignifica este patrimônio de Alagoas, mas que reflete a luta dos povos negros e ameríndios no mundo. Como historiador, fico emocionado. Mesmo nesse contexto de incertezas constitucionais, a Ufal deve ocupar os espaços e formular políticas públicas que proporcionem melhorias coletivas (Luna, 2017).

Em outra oportunidade, expressei a premissa de que homens e mulheres são sujeitos que tecem a trama de sua própria história – ainda que não a façam como desejam, mas conforme a suas condições materiais, perspectivas e redes de sociabilidades. Sob a guarda desta reflexão, bem como pelo contexto em que ela foi elaborada, resgato a postagem de quando tomei posse como membro fundador da Academia Alagoana de Educação (Acale), momento marcado por mobilizações em favor da educação pública, democracia e por outros

(...) muitos significados. Para além da costumeira manipulação dos meios de comunicação, a população brasileira fez seu desejo de mudança ecoar em diversos rincões. Em sua voz e em seu canto [pelas ruas de Maceió, entre as históricas Praça Centenário e o Palácio dos Martírios] reverberaram a necessidade de um Outro País e de uma Outra História! Momentos como estes alimentam a esperança de novos dias e de novos horizontes que só o futuro nos revelará. Mas o dia 28 de abril [de 2017], mais precisamente a sua noite, tomou um significado particularmente belo e representativo: eu e mais 39 personalidades, fomos agraciados com a criação da Academia Alagoana de Educação (Acale). Como um dos membros fundadores, compreendo a responsabilidade e o desafio de continuar meu compromisso de trabalhar pela educação, pelo humanismo e pelo desenvolvimento do país a partir de Alagoas (Cruz, 2017b).

Em paralelo a estas ações, atuamos na busca de resoluções das demandas de infraestrutura dos campi e no contínuo processo de escuta da comunidade universitária. A respeito, destaco o acompanhamento das obras do prédio da unidade em Santana de Ipanema, abertura dos restaurantes universitários de Arapiraca e do Sertão, conclusão das reformas do ginásio e da piscina do campus Arapiraca, elaboração do projeto de construção do prédio da unidade de Penedo, reformas da unidade de Palmeiras dos Índios e da unidade de Viçosa, bem como dos constantes acompanhamentos das obras, reformas e ampliações

do campus A. C. Simões em Maceió. Além dos desafios administrativos e de execução orçamentária e financeira, atinentes a uma universidade cada vez mais presente nos vários recantos de Alagoas, sobretudo, após o Reuni – a exemplo das audiências públicas e das entrevistas que a gestão realizou ou acompanhou para debater o tema do transporte e da moradia dos estudantes universitários nos vários campi da instituição distribuídos pelo estado (Cruz, 2017e).

A gestão de uma universidade federal, como deve ser público, observa o Plano de Desenvolvimento Institucional (Pdi), os normativos do Ministério da Educação e a supervisão dos órgãos de controle federais (Advocacia Geral da União, Controladoria Geral da União, Tribunal de Contas da União, Ministério Público Federal, Auditoria Interna, entre outros). Em torno deste arcabouço, destaco a atenção à avaliação da universidade – processo que se assemelha a avaliação dos cursos, em uma escala maior, mais completa e detalhada. A respeito, a soma de atenções dos estudantes, técnicos, docentes e da gestão, foi decisiva para elevar tanto o Conceito quanto o Índice Geral de Cursos (Icc) da Ufal de 3 para 4 (Luna, 2018a; 2019).

4 ESCRITA HISTORIOGRÁFICA E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES

A historiografia, enquanto escrita da história ou estudo da história da história, mostra como ela é contada, narrada e (re)escrita a partir de disputas, negociações, interpretações e mediações sociais, culturais e políticas – entrelaçadas ao longo dos tempos pelos historiadores (Malerba, 2006). Aprender história, portanto, não se define pela memorização de datas, nomes e eventos, nem tão pouco se satisfaz com generalizações, leis universais e estruturas definidas (Barros, 2000). Ela, a escrita histórica, portanto, é um campo de estudo que busca (re)interpretar o passado a partir da interpelação das ações de homens e mulheres no tempo (Bloch, 2001).

Assim, o historiador sabe que estudar ações dos homens e das mulheres através do tempo está associado a contextualização, exame e interpelação de fontes diversas: escritas, orais, arquitetônicas, audiovisuais, entre outras. O trabalho de interpelar, problematizar e contextualizar as fontes é um dos fundamentos de nosso ofício. Este, por sua vez, tem entre suas demandas o trabalho de localização, guarda, organização e disponibilização de acervos para pesquisa (Fontes, 1972; 1974). Em torno deste aprendizado, enquanto docente de um curso de história, deparei-me com a dificuldade de orientar os estudantes face à precariedade, desorganização ou inexistência de acervos documentais disponíveis para a pesquisa.

Até então, grande parte da produção historiográfica sobre o Sertão de Alagoas havia sido pensada a partir de instituições em Maceió, no litoral ou em alhures de outros estados. A respeito, dentre os temas mais abordados estavam o cangaço (Barros, 2025) e os feitos do empresário e “coronel do algodão Delmiro Gouveia” como a Fábrica da Pedra, Vila Operária,

usina de Angiquinho e as Escolas da Pedra (Maynard, 2008; Mota, 2016; Nascimento, 2015; 2019).

Diante dessa realidade, iniciar uma produção historiográfica “no”, “sobre” e “do” Sertão, tanto de objetos já conhecidos quanto de novos, não se demonstrava tarefa fácil. Nesse sentido, o trabalho dos docentes desdobrou-se, juntamente com a curiosidade e inquietude dos estudantes, em delimitar objetos de estudos exequíveis a partir das fontes e dos acervos disponíveis (Cruz, 2013b; Santana, 2023; Nascimento, Santana, Cruz, 2025).

Em torno desse propósito, um dos primeiros trabalhos que orientamos versou sobre o desafio de implantar o ensino superior público federal no Sertão de Alagoas. A autora, valendo-se do acúmulo de experiência de sua participação nos movimentos que teceram a referida reivindicação, testemunho de ter sido aluna da primeira turma do curso de história, bem como, do exame de documentos associados às dificuldades de instalação do *campus* – cujas atividades provisoriamente ocorreram por cerca de três anos em uma escola da rede estadual de ensino e que foram objeto de constantes protestos dos estudantes, docentes e técnicos. O estudo discutiu a retórica do “Sertão como um mar de conhecimento”, evocada pela gestão que implantou o *campus*, na época da então reitora Ana Dayse Dória, e analisou as contestações, disputas e reivindicações em torno desse processo histórico (Gaia, 2014).

O segundo trabalho, um estudo sobre as romarias devotadas ao Padre Cícero que ocorriam em Delmiro Gouveia, através do uso da história oral e da pesquisa participante, resgata narrativas sobre o catolicismo popular na região. Dentre elas, a participação dos operários da Fábrica da Pedra na mencionada Romaria – em concomitância com o simbólico contexto da crise que levou à falência, desativação e da posterior transformação do prédio no *Shopping* da Vila (Barros, 2014). Mais recentemente, sob orientação de outro docente, o referido pesquisador concluiu a dissertação sobre a Festa da Padroeira de Nossa Senhora do Rosário, também conhecida como a Igrejinha da Fábrica da Pedra – um epicentro de festividades religiosas, sociais e culturais que movimenta anualmente a economia da região (Barros, 2023).

A terceira pesquisa foi sobre as manifestações de junho de 2013 em Alagoas. Contexto marcado por protestos de rua deflagradas em várias cidades do país centradas em pautas difusas contra a política partidária, melhorias no transporte público, contra a violência policial, por mais educação, saúde e segurança, bem como, contra os altos investimentos canalizados para realizar a Copa do Mundo de 2014. A referida pesquisadora, primeira egressa do *campus*, prosseguiu seus estudos no mestrado, ampliando o foco de análise das jornadas de Delmiro Gouveia à Maceió. Este trabalho pioneiro revela as vozes dos participantes dos protestos, bem como, as disputas, dilemas e desafios quanto a compreensão dos rumos, consequências e significados daquele presente histórico. A pesquisa – realizada a partir da interpelação de periódicos, fontes orais e fontes digitais associadas a sites e redes sociais –, analisou como as manifestações pela redução no valor da tarifa do transporte coletivo urbano,

iniciadas em São Paulo, em junho de 2013, de um impulso de solidariedade passou a inspirar pautas associados a demandas regionais e locais (Gomes, 2013; 2016; 2021; Cruz, 2021).

As pesquisas de Maele Cavalcanti e de Aline de Oliveira Silva, completam esse quadro de destaques sobre a produção de uma historiografia sob nossa atenção. A primeira desenvolveu um estudo sobre o protagonismo das sertanejas de negócios (Cruz; Cavalcanti; 2023; Cavalcanti, 2023). O trabalho, fundamentado em fontes orais e dados governamentais, apresenta a trajetória e os desafios de cinco mulheres de negócios que atuam em Delmiro Gouveia, Sertão de Alagoas.

A segunda – da iniciação científica, trabalho de conclusão de curso à dissertação de mestrado –, tem aprofundado estudos sobre a reforma agrária no contexto da Nova República (Silva, 2014; 2019; e 2021). Em torno deste horizonte temático, ela tem publicado textos sobre imprensa popular, acesso ao ensino superior, monitoramentos dos órgãos de segurança e informações, sindicalismo rural, movimentos leigos católicos e assentamentos rurais relacionados ao campo de experiências dos trabalhadores(as) rurais dos assentamentos “Peba” e “Lameirão”, Delmiro Gouveia, Alagoas, Sertão do rio São Francisco, durante a década de 1980 (Cruz; Silva, 2022; 2023; 2024; Silva; Cruz, 2020; 2023).

Entre outras contribuições destacamos as tratativas institucionais para o resgate e guarda dos documentos do Programa Xingó realizadas junto ao Núcleo de Pesquisa, Extensão e Documentação do Sertão do São Francisco (Nupeds). O referido Programa nascido da iniciativa do Conselho Nacional Brasileiro para o Desenvolvimento Científico (Cnpq), Companhia Hidroelétrica do Rio São Francisco (Chesf) e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), tinha o objetivo de promover o desenvolvimento de uma parte da região do semiárido nordestino, composta por 30 municípios no entorno da hidrelétrica de Xingó – entre os estados de Sergipe, Alagoas, Bahia e Pernambuco. O Programa reuniu a parceria de universidades federais e estaduais, prefeituras, Sebrae, entre outras instituições (Barbosa; Tiba; Carvalho, 2002). A guarda do referido acervo, antes que a Chesf fosse privatizada, foi resultado do esforço das ações das vice-reitorias da Ufal e da Ufs (Ufal, 2020).

Outra contribuição, fruto do convite da revista “Brasil em Números”, vinculada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ibge), foi escrever um texto sobre a importância do acervo de cultura popular organizado por Théo Brandão junto ao museu que recebe o seu nome. Este trabalho resultou no artigo “Uma breve história do Brasil: intérpretes do Brasil”, no qual interpele como a partir dos

registros da cultura popular preservados pelo MTB [Museu Théo Brandão], a exemplo de outros museus do gênero, encontramos algumas possibilidades de (re)interpretação do Brasil. Dentre elas, o rico universo do Reisado e do Guerreiro, manifestações populares das terras das Alagoas e de outros tantos recantos do Brasil: País de

muitas faces, pluralidades e possibilidades de interpretação (Cruz, 2020, p. 69).

Nos anos seguintes – após a redistribuição a pedido para a Universidade Federal de Sergipe motivado por razões familiares no contexto pandêmico –, continuei mantendo enlaced acadêmicos com a Ufal através dos diálogos junto ao Nupeds e como membro docente permanente do Programa de Pós-graduação em História da Ufal (Cruz, 2021; Cruz; Silva, 2024; Santana; Cruz; 2022). Este último vínculo encerrado com a solicitação de uma carta enviada ao Programa na qual apresentamos um balanço de nossa participação junto ao [Programa de Pós-graduação e Pesquisa em História] PPGH/UFAL, na condição de um dos primeiros docentes do *Campus* do Sertão/município de Delmiro Gouveia [a fazer parte do Programa. Oportunidade em que, na medida do possível], procurei contribuir com a linha de pesquisa 1: “Relações de Poder, Conflitos e Movimentos Sociais”, ministrando disciplinas, participando de bancas, atuando junto ao conselho editorial da revista *Crítica Histórica* e orientando [dissertações] (...) Feito o balanço desses [mais de] dez anos [2013-2024], considerando a distância de minha atual lotação e a necessidade de assumir novas empreitadas junto a instituição em que me encontro [UFS], solicito meu desligamento do Programa (Cruz, 2024).

Encerrado o vínculo institucional com o PPGH/UFAL, permanecem o aprendizado, cooperações acadêmicas e respeito por Alagoas – “uma terra de oportunidades, riquezas humanas e de um povo trabalhador” como, por várias vezes, a ela me referir nas solenidades de posse de servidores, calouradas, formaturas e abertura de eventos. As parcerias acadêmicas, em particular, prosseguem e continuam a frutificar (Nascimento, Santana e Cruz, 2024; Santana; Silva e Cruz, 2025).

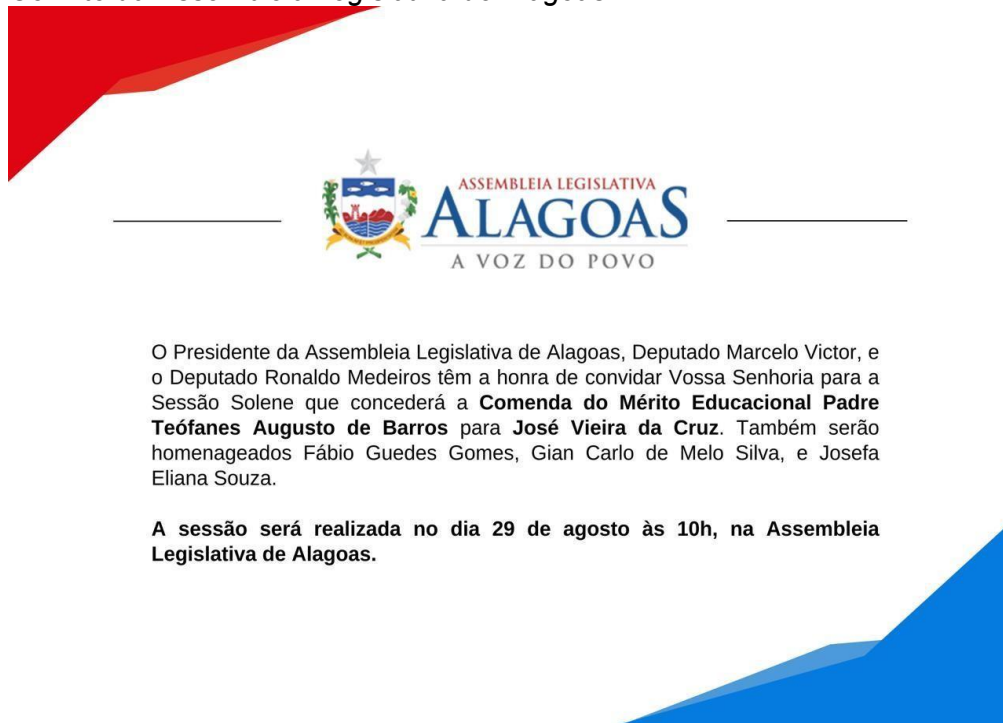
Um conjunto de experiências que me valeram inclusive a Comenda do Mérito Educacional Padre Teófanos Augusto de Barros – conferida pela Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas àqueles que contribuem com a educação e a sociedade. O referido intelectual teve “um papel de destaque na educação do Estado de Alagoas entre as décadas de 1930 e 1970, e seu perfil poderia ser caracterizado como grande empreendedor pelas ações idealizadas e implementadas” (Satírio, 2010, p. 17). Face às suas realizações a mencionada casa legislativa concede àqueles que prestam relevantes serviços a educação a Comenda de Mérito Educacional cujo título recebe o nome do mencionado educador e intelectual, de igual forma, a Academia de Educadores Alagoanos (Acale) o homenageia como Patrono da Cadeira 38.

Assim, o convite do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas, Marcelo Victor, e do Deputado Estadual Ronaldo Medeiros, este último o proponente da comenda, para receber está honraria no dia 29 de agosto de 2025 (Figura 8), recebido as vésperas da revisão final do presente artigo, estabelece um importante marco institucional,

social e de significados intelectuais – com o qual encerro a periodização destes 12 anos de aprendizados em Alagoas até o presente momento.

Figura 8

Convite da Assembleia Legislativa de Alagoas.



O Presidente da Assembleia Legislativa de Alagoas, Deputado Marcelo Victor, e o Deputado Ronaldo Medeiros têm a honra de convidar Vossa Senhoria para a Sessão Solene que concederá a **Comenda do Mérito Educacional Padre Teófanos Augusto de Barros** para **José Vieira da Cruz**. Também serão homenageados Fábio Guedes Gomes, Gian Carlo de Melo Silva, e Josefa Eliana Souza.

A sessão será realizada no dia 29 de agosto às 10h, na Assembleia Legislativa de Alagoas.

Fonte: Acervo de documentos do autor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma autobiografia, sob a perspectiva histórica, não é em hipótese alguma um roteiro estabelecido, definido e conhecido previamente – ainda que a leitura da narrativa gere este falso entendimento. Ela, como qualquer outro gênero textual da lavra de um historiador de ofício, busca a compreensão do passado a partir do exame, problematização, interpretação e escrita das fontes que registram as ações humanas no tempo (Bloch, 2001). A autobiografia, em consonância com os estudos do “Eu fonte” (Souza, 2020a), tem a peculiaridade de apreciar, em termos metodológicos um leque amplo, variado e significativo de fontes: institucionais, públicas e pessoais, além de contar com o testemunho, análise e ressignificação do protagonista que esculpe o texto sob sua trajetória.

Estas considerações sintetizam as razões do exame dos aprendizados que obtive em Alagoas – como objeto de estudo de parte de minha autobiografia abordada neste texto. Um capítulo tecido a partir do *Campus* do Sertão, Delmiro Gouveia, Baixo do rio São Francisco, fronteira com os estados de Sergipe, Bahia e Pernambuco, e, na sequência, que me levaram a transitar pelo Sertão, Agreste e Litoral da Terra das Alagoas, entre os anos de 2013 e 2025.

Em torno deste período e experiências, esta narrativa apresenta um fio condutor

reflexivo – rastreado, balizado e discutido a partir de um conjunto de fontes e bibliografias evocadas, do ponto de vista de um historiador participante – que discute gestão pública, ensino superior e historiografia nas primeiras décadas do século XXI. A opção por este formato, portanto, prioriza uma opção teórica no qual analiso os acontecimentos, fluxos e reflexos do presente histórico no qual estou inserido e me envolvem.

Sob este prisma, os leitores deste artigo podem se perguntar acerca da importância de uma narrativa autobiográfica? E sobre quais contribuições os estudos de aprendizados pessoais, acadêmicos, profissionais e políticos podem ser apreciados no campo de conhecimento educacional e historiográfico? A respeito, penso que as respostas dependem das experiências de cada leitor, bem como, dos horizontes de expectativas que ele ou ela alimentem em relação a sociedade e em relação a compreensão da sociedade e da história.

Ao meu juízo, como costume externar nos pareceres que assino, esta narrativa também contribuí, ao seu modo, para compreender os significados da expansão e da interiorização do ensino superior público federal e do fazer-se historiográfico “Sertão adentro” – a contrapelo do contexto neoliberal, globalizado, (de)colonizado e de embates com os avanços da extrema direita dentro e fora do país.

Em suma, enquanto “professor-narrador-autor e historiador”, penso que esta parte de minha trajetória – junto ao curso de história, vice-reitoria e pós-graduação, nos *campi* da Ufal – proporcionou-me aprendizados significativos acerca do ensino, pesquisa, extensão e gestão pública. Aprendizados que guardo com apreço, fazem parte da minha autobiografia e que compartilho através desta narrativa observando o devido rigor científico, textual e objetivo.

Assim, a presente narrativa coincide também com um momento de homenagem, reconhecimento e significação de uma jornada de trabalho, estudos e compromisso com a educação, ciência histórica, bem como, da defesa da democracia e da soberania nacional.

Um capítulo com o qual também revisito boas lembranças, amizades e lições de vida... Uma vida que poderia ter vários outros caminhos, indefinições e imprevistos..., mas que com “teimosia”, retidão e humildade “eu escolhi” na condição de “senhor do meu destino” – em terras de pessoas inteligentes, trabalhadoras e valorosas.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. S/D. Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Luiz Augusto Azevedo de Menezes. Delmiro Gouveia, Alagoas.

ALCANTARA, V. (2018). Ufal Campus do Sertão, em Delmiro Gouveia, sedia atividades da SBPC Educação. In: *Correia Notícias*. Disponível em: <https://correionoticia.com.br/noticia/cidades/ufal-campus-do-sertao-em-delmiro->

[gouveia-sedia-atividades-da-sbpc-educacao/31/20785](https://periodicos.ufs.br/pontadelanca/article/view/20121) . Acesso em 07.05.2025.

ALENCAR, M. Â. R. de. S/D. *Arranjo Produtivo Local Piscicultura Delta do São Francisco*. Delmiro Gouveia.

ARAS, L. M. B. de; CRUZ, J. V. da; SANTANA, P. A. de. (2023). O(s) Ser-tão(ões) e suas histórias: narrativas, acontecimentos e temporalidades. *Ponta de Lança*, São Cristóvão, v. 17, n. 33, p. 10–13. Disponível em:

<https://periodicos.ufs.br/pontadelanca/article/view/20121> . Acesso 10.05.2025.

ARAÚJO, A. R. (2016). *Programa luz para todos no Sertão: uma análise do assentamento Jurema*, Delmiro Gouveia, Alagoas, 2003-2014. (Trabalho de Conclusão de Curso). Delmiro Gouveia: UFAL: Campus do Sertão: Licenciatura em História.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS. *Resolução nº 673*, de 09 de março de 2022.

BARBALHO, J. I. S. (org.). (2021). *10 anos da UFAL Campus Sertão*. Maceió: EDUFAL.

BARBOSA, E. M. de S., TIBA, C., CARVALHO, M. A. P. (2002). Programa Xingó: atividades de inserção das tecnologias energéticas renováveis. In: *Proceedings*, nº 4. Campinas. Disponível em:

http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000022002000200045&lng=en&nrm=abn . Acesso em 13.05.2025.

BARROS, J. de A. (2008). *O campo da História: especialidades e abordagens*. 5 ed. São Paulo: Vozes.

BARROS, L. O. C. (2018). Cangaço – Violência no Sertão do Nordeste. *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura*, São Cristóvão, v. 12, n. 22, p. 62–77. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/pontadelanca/article/view/9317> . Acesso em: 19 ago. 2025.

BARROS, T. da S. B. (2014). *Devoções populares e práticas religiosas: A Romaria de Padre Cícero Romão Batista em Delmiro Gouveia – AL, 1992-2013* (Trabalho de Conclusão de Curso). Delmiro Gouveia: UFAL: Campus do Sertão: Licenciatura em História.

BARROS, T. da S. (2023) *Festa de Nossa Senhora do Rosário: sujeitos, memórias e*

experiências, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1989-2021 (Dissertação de Mestrado). Maceió, UFAL; PPGH.

BLOCH, M. (2001) *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro. Editora. Zahar.

BOURDIEU, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Deifel.

BRASIL. *Decreto nº 6.096*, de 24 de abril de 2007. [Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni]. Brasília, 2007. Disponível em:
<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=6096&ano=2007&ato=eadoXWE9ENRpWTafd> . Acesso em: 10.05.2025.

CARDOSO, L. C. (2023). *Vida em transe: migrações, disputas e lutas: itinerário acadêmico, político e afetivo*. Salvador: EDUFBA.

CARR, E. H. (1982). *Que é história?* 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CASTRO, A. M. D. A.; SANTOS, Í. de P. (2021). Crisis of Capital, Austerity and Education in Brazil. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 10, n. 2. Disponível em:
<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12523> . Acesso em: 09.05.2025.

CAVALCANTI, M. M. S. (2023). *Sertanejas empreendedoras, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1980-2022* (Dissertação de mestrado). Maceió: UFAL: Programa de Pós-graduação em História.

CAVALCANTI, M. M. S.; CRUZ, J. V. da. (2023). Sertanejas de negócios nas bancas de feiras livres; Delmiro Gouveia, Alagoas, 1980-2021 In: *História dos Sertões: sujeitos e espaço*. Aracaju/Caicó: Criação Editora/ PPGH do CERES/UFRN, v.10, p. 338-353.

CERTEAU, M. (1995). “A Operação Historiográfica”. In LE GOFF, J.; NORA, P. *História: Novos Problemas*. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 17- 48.

COLLINGWOOD, R. G. (1972). *A Ideia da História*. Lisboa: Presença.

CORREIA, S. R. (2022). *A educação enquanto palco (auto)biográfico: O “eu idêntico de Lepê Correia*. Recife: UFPE. (Tese de doutorado).

CRUZ, J. V. da. (2018a). Ciência, Responsabilidade Social e Soberania: tema da SBPC 2018". In: *Jornal da Cidade*, Aracaju, Ano XLVII, nº 13.584, p. A-7.

CRUZ, J. V. da. (2022). "Pela democratização do ensino superior.": A sociedade e os movimentos em favor da criação da Universidade Federal de Sergipe, 1948- 1968. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, 2(48), p. 203–221, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/rihgse/article/view/12434> . Acesso em 10.05.2025.

CRUZ, J. V. da. (2023). Aprendizados do Ser-tão do rio São Francisco: história, historiografia e (auto)biografia, 2013-2023. In: *Anais do 32º Simpósio Nacional de História*. São Luís: ANPUH. p. 1-12. Disponível em: https://www.snh2023.anpuh.org/resources/anais/11/snh2023/1693061929_ARQUIVO_5023c9fad9f9b33a4886c877737c6ea1.pdf . Acesso 10.05.2025 .

CRUZ, J. V. da. (2024). *Carta ao Programa de Pós-graduação e Pesquisa em História (PPGH/UFAL)*. Maceió

CRUZ, J. V. da. (2023). Carta de um futuro correspondente à ACALE. *O Dia Alagoas*, Maceió, 02.05.2023, p.2

CRUZ, J. V. da. (2017e). *Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985*. Maceió: Edufal.

CRUZ, J. V. da. (2018b). *Discurso da solenidade de abertura SBPC 2018 em Alagoas: Um momento de agradecimentos*. UFAL, Maceió. Disponível: <https://noticias.ufal.br/ufal/noticias/2018/7/confira-na-integra-o-discurso-do-coordenador-local-da-70a-reuniao-anual-da-sbpc> . Acesso 07.05.2025.

CRUZ, J. V. da. (2013a). Ecos das manifestações de junho. In: *Blog do José Vieira*.

CRUZ, J. V. da. (2019). Entrevista com o Vice-reitor da Ufal José Vieira da Cruz. *Tribuna do Sertão*. Disponível em: <https://tribunadosertao.com.br/noticias/2019/05/12/116989-entrevista-vice-reitor-da-ufal-jose-vieira-da-cruz> . Acesso 07.05.2025.

CRUZ, J. V. da. (2017a). Homenagem a "Seu" José Vieira da Cruz. *Facebook*.



18.04.2017a.

CRUZ, J. V. da. (2015). *PEB-CAPES-FAPEAL - Programa Educação Básica "Formação de cidadãos pesquisadores: uma pesquisa-ação da Escola Estadual Luiz Augusto junto ao APL piscicultura Delta do São Francisco, Delmiro Gouveia, Sertão de Alagoas, 2014-2015"*. Delmiro Gouveia: UFAL: Campus do Sertão, 2015.

CRUZ, J. V. da. (2017b). Reflexão e agradecimento! *Facebook*. 28.04.2017b.

CRUZ, J. V. da. (2021). Sobre as jornadas de 2013. *Crítica Historiográfica*. Natal, v.1, n.1, set./out. 2021. Disponível em: <https://www.criticahistoriografica.com.br/1511/> . Acesso 10.05.2025.

CRUZ, J. V. da.. [TV Assembleia AL - Frente a Frente com José Vieira da Cruz em 30/05/2017d](#). *Youtube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DfprMKsIPVw> . Acesso 10.05.2025.

CRUZ, J. V. da. (2022). *Um estágio pós-doutoral em tempos de pandemia e de ensino remoto emergencial: um aprendizado autobiográfico, acadêmico e histórico, 2020- 2022*. (Relatório Pós-doutorado). Recife: UFPE.

CRUZ, J. V. da. (2020). Uma breve história do Brasil. In: *Brasil em números: Revista do IBGE*, p.40 - 53. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2/bn_2020_v28.pdf . Acesso. 22.08.2025.

CRUZ, J. V. da. (2013b). Vozes do Ser-tão nas Tramas de Mnemósine: fontes orais para a História Contemporânea em Alagoas". In: *Anais eletrônicos do V Encontro Nacional de História da UFAL*. Maceió: UFAL, 2013b, p. 832-840.

CRUZ, J. V. da.; CAVALCANTI, M. M. S. (2023). Aprendizagem histórica em tempos de ensino remoto emergencial: experiências, debates e desafios, 2020-2022. In: *Educação Histórica em tempos de negacionismo e pandemias: teorias, práticas e pesquisas*. Editora Café com Sociologia, p. 361-374.

CRUZ, J. V. da.; SANTOS, D. B. dos; TENÓRIO, C. F. M. (2018). *Caderno de resumos do Simpósio Nacional de Educação: ciência, responsabilidade social e soberania*. Maceió: UFAL.



- CRUZ, J. V. da.; SANTOS, F. A. dos. (2020). *Aprendizagem históricas: espaços, suportes e experiências*, ed.1. Recife: EDUPE.
- CRUZ, J. V. da.; SILVA, A. O. da. (2024). "Não entendemos democracia com barriga vazia": sem terra, reforma agrária e o SNI no contexto da Nova República. In: ALMEIDA, Anderson da Silva; TAVARES, Marcelo Góes (org.). *Pacto de silêncio: o golpe de 1964, a ditadura e a transição em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, v. 1, p. 294-318.
- CRUZ, J. V. da.; SILVA, A. O. da. (2022). Arados da reforma agrária no Sertão do São Francisco: experiências do Peba e Lameirão, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1986- 1989. *Revista Crítica Histórica*, 13(26), 257–281. Disponível EM: <https://doi.org/10.28998/rchv13n26.2022.0012> Acesso em 03.05.2023.
- CRUZ, J. V. da.; SILVA, A. O. da. (2023). O Novo sindicalismo e a Reforma Agrária no Sertão: a experiência dos trabalhadores de Inhapi, Alagoas, Nordeste do Brasil, 1984 – 1986. *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura*, São Cristóvão, v. 17, n. 33, p. 224–248. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/pontadelanca/article/view/19801> . Acesso em: 13.05.2025.
- CUNHA, L. A. (2003). “Ensino superior e universidade no Brasil”. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greiva. *500 anos de educação no Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, p. 170-171.
- DANTAS, J. I. C. (2023). *Marcelo Déda na construção da democracia*. Aracaju: Criação Editora.
- DELGADO, L. de A. N.; FERREIRA, M. M. (2014). História do tempo presente e ensino de História. *Revista História Hoje*, 2(4), p. 19–34.
- DUBY, G. (1993). *A História continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. DUBY, G. (1991). *L’Histoire continue*. Paris: Odile Jacob.
- DUTRA, P. F. de V. (2021). *Marcos históricos da educação integral no Brasil, analisados a partir da experiência de Pernambuco, 2004 2021*. Tese de doutorado, Recife: UFPE: PPGEdu.

FAPEAL. Programa desperta a prática da pesquisa em escolas alagoanas. (2014). In:



Alagoas 24 horas, Maceió. Disponível em:

<https://www.alagoas24horas.com.br/424134/programa-desperta-a-pratica-da-pesquisa-em-escolas-alagoanas/> . Acessado 07.05.2025.

FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (org.). (1998). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

FILARDI, A. M. B. (2014). Desenvolvimento do Reuni: crítica à sua implantação e sua relação econômica. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v.20, n.43, p. 563-582, set./dez. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1935/193532896005.pdf>. Acesso 07.05.2025.